

**EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.681.402 - RS
(2017/0152604-9)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : SABINE INGRID SCHUTTOFF - SP122345
IGOR ESTEVES DEJAVITE E OUTRO(S) - SP325195
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. COFINS. IMPORTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Na origem, trata-se de mandado de segurança que objetiva seja suspensa a exigibilidade da COFINS-Importação, a ser exigida da impetrante quando da entrada da Aeronave 1 no território nacional, na importação pelo regime de admissão temporária da aeronave arrendada. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada.

II - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

III - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

IV - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

V - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator